

A educação jesuítica e uma concepção de bom governo na Nova Espanha¹

ANDERSON ROBERTI DOS REIS*

Introdução: aspectos da educação na Nova Espanha

Além da edificação de igrejas, conventos e instituições comunais, que deveriam amparar a evangelização, as ordens religiosas que primeiro aportaram na Nova Espanha se ocuparam da educação, e particularmente da formação dos indígenas desde os primeiros anos de missão. Se a doutrina, a liturgia e a disseminação de valores cristãos eram fundamentais, a fundação de colégios se tornava premente. O ensino das primeiras letras e mesmo dos “estudos superiores”² complementariam e seriam complementados pela catequese. Cristianização, civilização (no sentido de construir uma vida em comunidade, em *policía*) e educação andariam, a partir de então, juntas no México. Os colégios (e, nos anos seguintes, a Universidade) se tornavam, pois, um dos principais elementos de conformação e organização da sociedade e da cultura mexicanas.

As ordens religiosas foram as primeiras a fundar e administrar escolas de primeiras letras no México, confirmando seu pioneirismo na Nova Espanha. Depois dos primeiros projetos de educação organizados pelos frades, o clero secular e a Coroa espanhola também se envolveram com os estudos no vice-reinado. No início, entretanto, coube aos mendicantes organizar as atividades pedagógicas, direcionadas principalmente às crianças indígenas. Antes da construção dos primeiros prédios para as escolas, os missionários reservavam alguns aposentos nos próprios conventos para lá ensinarem os pequenos a ler e a escrever (RUBIO MAÑÉ, 2005: 268). A proposta dos frades era recolher as crianças (entre sete e 15 anos de idade) pertencentes às nobrezas locais (*principales*) e ensinar-lhes as primeiras letras. Conforme assinalaram Pablo Gonzalbo Escalante e Antonio Rubial García (2004: 391), as escolas estavam na base do projeto missionário das ordens mendicantes:

Según los testimonios de los frailes había en ellas cerca de 5 000 niños (entre los siete y los 15 años) para 1531, y tan sólo en San José de los

¹ Este trabalho corresponde, parcialmente, a um trecho do capítulo cinco de minha tese de doutorado, “A Companhia de Jesus no México: educação, bom governo e grupos letrados (séculos XVI-XVII)”, que foi defendida em 2012 na Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Janice Theodoro. Tal pesquisa contou com financiamento parcial da FAPESP, a quem agradecemos.

* Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

² Aqui como sinônimo das classes de Artes e Teologia.

Naturales se educaban 600. El tema central de varias cartas de franciscanos de esta década y de la siguiente es la educación de los niños en los conventos, su vida ejemplar y la ayuda que esos niños les prestaban en el aprendizaje de los idiomas nativos y en la destrucción de los santuarios antiguos y de la religión demoniaca. Fray Diego Valadés indica que las escuelas estaban a un costado de los templos; a los jovencitos que asistían a ellas se les enseñaba el modo de hablar y escribir correctamente, a cantar y tocar instrumentos de cuerdas y viento, a pintar y a dibujar y todas las otras artes mecánicas.

Ao educar os filhos dos *principales*, as ordens religiosas pretendiam formar os futuros governadores indígenas, além de arregimentar possíveis colaboradores na tarefa de evangelizar os nativos e destruir as idolatrias. Como em outros casos, esse projeto enfrentou obstáculos diversos, que se deviam às dificuldades com o aprendizado das línguas e à prática adotada por alguns *senñorios* de não enviar seus filhos para os conventos, mas, em seu lugar, mandar a prole de seus criados. Esta era uma das poucas ocasiões em que as crianças não pertencentes à nobreza chegavam a esses colégios. Em outras oportunidades, alguns frades recolhiam deliberadamente *los niños* filhos dos *macehuales* para educá-los. Essa prática, no entanto, não foi a mais comum.

As primeiras escolas administradas pelas ordens mendicantes foram criadas pelos franciscanos no México, em Texcoco e em Tlaxcala. Homens como Pedro de Gante, Martín de Valencia e Alonso Escalona tomaram a dianteira dos projetos e dirigiram aqueles estabelecimentos. Os colégios fundados pelos frades menores se voltaram a três frentes principais: 1) a educação primária (ou elementar); 2) a educação superior; e 3) a formação de artesãos, artistas e obreiros (LOPETEGUI; ZUBILLAGA, 1965: 414-415). Além dessas áreas, os seráficos foram os responsáveis pelas primeiras iniciativas para a educação de meninas, marginalizadas pelas outras duas ordens religiosas. Tal como ocorria com os garotos, os missionários escolhiam as meninas filhas da nobreza e as educavam para serem as esposas dos jovens egressos dos colégios, formando famílias cristãs que servissem de modelo aos indígenas³.

³ Elisa Luque Alcaide e Josep-Ignasi Saranyana (1992: 252-257) identificaram oito “sistemas de educação” entre os séculos XVI e XVII na América espanhola. São eles: as escolas elementares (primeiras letras) para as crianças filhas dos *macehuales*; os colégios para *los niños nobles*; os internatos *interclasistas* (implementados pelos jesuítas e cujo critério para ingresso não era a condição social); centros *interraciales* (que aceitavam índios e espanhóis); os colégios de ensino médio (que formavam os adolescentes para o ingresso na Universidade); as

Conforme se assentaram, as demais ordens religiosas também se dedicaram à educação das crianças indígenas. Tal como os seráficos, dominicanos e agostinianos utilizaram os conventos como sede para suas atividades pedagógicas iniciais. Os filhos de São Domingo, no entanto, se dedicaram mais à preparação dos frades do que propriamente à educação dos nativos. Os aspirantes ao hábito daquela Ordem deveriam ter formação adequada, universal e superior, incluindo Gramática, Artes e Teologia. Parece, segundo nos informa Miguel Ángel Medina (1992: 109), que até meados dos anos 1540, apenas o latim e os “casos de moral”, indispensáveis para a celebração da missa e para a confissão, respectivamente, foram ensinados no México. Os agostinianos também investiram na formação de missionários, ramo que teve frei Alonso de Veracruz como um de seus expoentes. Veracruz era egresso da Universidade Complutense e foi responsável pela organização dos estudos superiores entre os agostinianos no início dos anos 1540, sobretudo no Convento de Tiripitío, em Michoacán (In: DUSSEL, 1984, t. V, p. 114). Além dos estudos maiores, Tiripitío foi um centro de formação de artesãos, tão importante naqueles anos como havia sido na década de 1530 o colégio San José de los Naturales, administrado pelos franciscanos do México.

O projeto de Santa Cruz de Tlatelolco

Na década de 1530, os franciscanos mantinham boas relações com as autoridades civis, principalmente com a Segunda Audiência (1530-1535), presidida por Sebastián Ramírez de Fuenleal, e com o primeiro vice-rei da Nova Espanha, Antonio de Mendoza (1535-1550). Fuenleal, Mendoza e o bispo do México, Juan de Zumárraga, apoiaram de pronto as iniciativas dos franciscanos para instituir os estudos superiores no Vale do México. Em 6 de janeiro de 1536, as autoridades civis, os religiosos e toda a cidade assistiram à inauguração do Imperial Colégio de Santa Cruz de Tlatelolco, nos arredores do México, que viria a ser o principal centro de educação e cultura da primeira metade do século XVI na Nova Espanha. Os alunos eram escolhidos entre as crianças nobres que se mostravam mais aptas

escolas em regime de externato; as escolas para as meninas indígenas; e a educação de indígenas na Espanha, praticada em pequena escala se comparada aos demais sistemas arrolados.

para os estudos⁴. Em geral, esses *jovencitos* provinham do México e das regiões mais próximas da capital do vice-reino, como Puebla (FREY, 2002: 260) e, já em Tlatelolco, “podrían allí perfeccionar el latín e iniciar estudios de retórica, filosofía y teología” (GONZALBO, 1993: 335). Nos primeiros dez ou 15 anos, o Imperial Colégio alcançou bons resultados, com alunos regulares que aprendiam latim, retórica, filosofia (a cristã e a “pagã”) e teologia. No entanto, a partir de meados dos anos 1540, Santa Cruz de Tlatelolco entrou num período de declínio, em razão de uma série de motivos.

Alguns setores da sociedade novo-hispana – no âmbito civil e na hierarquia da Igreja – se opunham ao funcionamento daquele colégio, alegando que ensinar aquelas disciplinas aos nativos significava correr um duplo risco: de um lado, de que os indígenas, de posse daqueles conhecimentos, se rebelassem contra os poderes instituídos; de outro lado, de que a elevação do nível de ensino se chocasse com a imaturidade daqueles estudantes nas matérias da fé, o que os levaria à apostasia⁵. Além disso, a formação intelectual e espiritual dos indígenas ensejava o problema da aceitação ou não dos nativos no sacerdócio, que passava pelo debate sobre a racionalidade e a capacidade intelectual dos ameríndios. Como sabemos, no final das contas, não se criou um clero nativo⁶.

Em 1546, Zumárraga assumiu a arquidiocese mexicana, criada naquele ano, e, a partir de então, passou a dispensar menos tempo e atenção ao Imperial Colégio. Dois anos mais tarde, o arcebispo morreu e Santa Cruz de Tlatelolco perdeu um de seus grandes entusiastas e promotores. Em 1550, Antonio de Mendoza deixou o posto de vice-rei da Nova Espanha e seguiu para o Peru: outra baixa entre os financiadores de Tlatelolco. Por força dos anos, e como um sinal de que os tempos não eram bons, Sebastián Ramírez de Fuenleal – que já não tinha influência sobre o andamento do Imperial Colégio – faleceu em 1547, no mesmo

⁴ O objetivo da abertura do Imperial Colégio em Tlatelolco se assemelhava às metas educativas compartilhadas pelas ordens religiosas no ensino elementar: “Essa instituição-modelo, o Colégio de Santa Cruz de Tlatelolco, que permanece associada aos nomes de fr. Bernardino de Sahagún e fr. Andrés de Olmos, recebeu índios jovens em internatos. Ela os devolveia catequizados e relativamente hispanizados; e, quando fossem chamados a ocupar a chefia de seus grupos étnicos de origem, supunha-se que sua conversão religiosa e cultural acarretasse a de seus ‘vassalos’, como eram chamados em espanhol”. (LAFAYE, 2004: 605).

⁵ Os opositores do Colégio levantaram também a hipótese de Tlatelolco, com seus “estudos em nível superior”, ser um “foco de heresia”. Essa sugestão apareceu após o cacique de Texcoco, Don Carlos Ometochtzin, ter sido condenado pela Inquisição episcopal dirigida por Juan de Zumárraga por incitar práticas heréticas.

⁶ Para Robert Ricard (2005), boa parte dos infortúnios da evangelização do México era devida à não formação de um clero nativo.

período em que o México era assolado por uma forte epidemia que dizimou milhares de nativos.

Essas circunstâncias minaram aos poucos o projeto de Santa Cruz de Tlatelolco, que, a despeito dos financiamentos enviados por Carlos V em 1548, continuou em queda livre. Diante das ofensivas de seus opositores e das dificuldades, os fundadores praticamente abandonaram o projeto. A partir de 1546, a administração do colégio foi transferida aos próprios ex-alunos, e as questões financeiras ficaram a cargo de funcionários reais. Nos anos 1550 e 1560, o Imperial Colégio enfrentou dificuldades econômicas e foi apenas uma sombra do que havia sido em sua primeira década de funcionamento. Quarenta anos após sua fundação, Tlatelolco reviveu, por breve tempo, seu “período dourado” com as atividades do franciscano Bernardino de Sahagún e seus alunos-informantes indígenas, ocasião em que ficou pronta sua monumental obra *Historia general de las cosas de la Nueva España*. No entanto, nos anos 1570, a concorrência com os “requisitados” colégios da Companhia de Jesus, como vimos na parte II, e outra grande epidemia em 1576 sufocaram uma vez mais as atividades no Imperial Colégio.

Apesar dessas oscilações, o projeto de Santa Cruz de Tlatelolco rendeu frutos valiosos: vários alunos se formaram “intelectual e espiritualmente” lá, frequentando com destreza os mais refinados debates teológicos e filosóficos. Muitos dos egressos, inclusive, ensinavam os frades cuja formação era deficiente. Alguns ex-alunos ocuparam cargos civis em seus *pueblos* (FREY, 2002: 260; GONZALBO, 1993: 336). Houve intensa comunicação entre missionários e alunos indígenas, o que resultou num aprofundamento das investigações sobre a história pré-hispânica, na codificação das línguas nativas, na elaboração de livros, doutrinas e crônicas. Tlatelolco foi o principal centro cultural do México até 1553, quando a Real Universidade abriu suas portas e iniciou suas atividades acadêmicas em nível superior. Junto com os “internatos conventuais” administrados pelos mendicantes, com o Colégio San José de los Naturales e com outros estabelecimentos fundados na primeira metade do século XVI⁷, o Imperial Colégio foi um dos pilares dos projetos missionários das ordens religiosas que participavam de todas as áreas da vida social e cultural da Nova Espanha.

⁷ Podemos citar, a título de exemplo, o Colégio San Juan de Letrán, que acolhia os mestiços e lhes ministrava o ensino elementar, e o Colégio Nuestra Señora de la Caridad, um internato para meninas mestiças abandonadas.

Os primeiros colégios jesuítas

As anotações a respeito das iniciativas das ordens religiosas no campo educacional nos permitem sublinhar dois pontos importantes. Em primeiro lugar, a existência de projetos relativos à educação anteriores à chegada dos jesuítas. Em segundo, qual era o público-alvo daqueles projetos: os indígenas. Destacamos esse aspecto para que, ao examinarmos as fundações jesuíticas, não nos esqueçamos da existência daqueles planos de ensino e, ao mesmo tempo, das diferenças entre eles e as classes ministradas pelos jesuítas. E, nesse particular, podemos visualizar a primeira diferença fundamental: os colégios da Companhia no México dedicaram-se, com certa prioridade, às populações brancas da capital – embora também se tenham fundado escolas para indígenas.

As instruções expedidas pelo Pe. Geral Borja, em 1571, eram claras quanto aos procedimentos dos padres tão logo chegassem à capital do vice-reino (MM, I, 13: 20-29): “Accéptese solamente por el principio un collegio en México; y aunque se offrezcan otros, pueda tractar dellos y escrivirme; mas no concluya cosa ninguna antes de consultarme”⁸. E na sequência: “No acepte por el principio escuelas en el collegio; pero si le pareciere que conviene, avíseme; [...] Pasados los dos años, podrá, sin nueva consulta, aceptar las escuelas, si le pareciere que assi conviene para mayor servicio divino”. A recomendação do Geral sugere uma distinção que foi, por vezes, negligenciada: o termo colégio, carregando parcialmente o sentido que lhe fora atribuído no período medieval por meio da palavra *collegium*, não indicava necessariamente um centro de ensino (*las escuelas*, a que se refere Borja) ou um edifício específico (RODRÍGUEZ, 1998: 81-82). Embora, como afirma Victor G. Rodríguez no referido estudo, os sentidos do termo “colégio” tenham sido ampliados durante o século XVI, entre os jesuítas essa palavra não correspondia à acepção contemporânea e mais comum do termo, podendo ser aplicada apenas à residência que abrigava os padres de determinada região.

A primeira instituição jesuítica dedicada à educação no México foi o *convictorio* (uma espécie de internato) de San Pedro y San Pablo. Criado em agosto de 1573, esse

⁸ A sigla “MM” indica *Monumenta Mexicana*, o conjunto de documentos oficiais e cartas enviadas de um lado a outro do Atlântico pelos padres da Companhia de Jesus que estiveram vinculados às missões da Nova Espanha entre os séculos XVI e XVII. Nas citações de fragmentos desse conjunto, usaremos a abreviação “MM”, seguida do volume, número do documento e páginas. A *Monumenta Mexicana* foi editada por Félix Zubillaga (os sete primeiros volumes) e por Miguel Ángel Rodríguez (o oitavo volume).

internato foi muitas vezes confundido pelos historiadores com o Colégio de San Pedro y San Pablo – ou Colégio Máximo do México –, fundado apenas em 1574, após os dois anos previstos nas orientações de Francisco de Borja para que se aceitassem *escuelas* na Nova Espanha. Com efeito, o *convictorio* aberto em 1573 servia de residência a alunos internos que, além de suas atividades de formação escolar e religiosa, assistiam, a partir de 1574, às aulas públicas ministradas no Colégio do México. Tanto o internato como o colégio haviam sido fundados e eram mantidos por patronos que ofereciam *becas* para a manutenção dos estudantes⁹. O *convictorio*, por exemplo, tinha entre 30 e 50 alunos internos, ao passo que o Colégio Máximo recebeu cerca de 300 alunos externos no ano letivo de 1574-1575 (GONZALBO AIZPURU, 1990: 164-165). Nos anos seguintes, entre 1574 e 1576, os jesuítas inauguraram mais três *convictorios* no México (S. Bernardo, S. Gregorio e S. Miguel) – todos em terrenos próximos a suas edificações iniciais – com capacidade para acomodar aproximadamente 50 jovens cada um, além de terem fundado internatos e colégios em cidades vizinhas, como Pátzcuaro, Oaxaca, Tepotzotlán e Puebla.

Em suma, a Companhia de Jesus instalou-se num grande quarteirão na zona central do México, a poucas quadras dos conventos dos franciscanos e dos dominicanos e da região depois chamada de *el zócalo*. Na década de 1570, os jesuítas possuíam os solares doados por Alonso de Villaseca, que lhes serviam de residência; administravam os quatro *convictorios* edificadas em terrenos comprados e doados por ricos patronos; e ministravam as aulas no Colégio Máximo, também mantido política e financeiramente por homens ricos e influentes que exigiam como contrapartida a possibilidade de indicar um candidato a colegial (OSORIO ROMERO, 1979: 19-20). Todas as instalações e atividades estavam concentradas na área central da cidade – onde era necessário apenas atravessar a rua ou caminhar alguns metros para ir de um edifício a outro – e quase que inteiramente voltadas aos jovens crioulos, à exceção do internato de San Gregorio, construído para acomodar os filhos das elites indígenas.

⁹ De acordo com Georgina Flores Padilla (2001: 19), em 1575, o Colégio do México contava com 28 patronos, cujos recursos chegavam a 100 pesos anuais, considerados suficientes para abrir, vestir e alimentar um colegial. Os patronos participavam também do Cabildo do Colégio (que teria no máximo 30 patronos), um conselho responsável pela administração das rendas da instituição, mas que não tinha a prerrogativa de interferir na administração dos colegiais.

O Colégio Máximo foi a principal instituição educativa dos jesuítas na Nova Espanha durante os séculos XVI e XVII. Apesar das dificuldades enfrentadas no início (condições materiais precárias, biblioteca escassa, demanda maior do que a capacidade de oferta), aquele colégio teve cerca de 700 alunos em 1599 e 1000 em 1622 (ESTRADA, 1996: 11-44; OSORIO ROMERO, 1979: 124), quando habitavam o Vale do México aproximadamente 30 mil *blancos* (OSORIO ROMERO, 1979: 127). O orgulho dos padres pelos frutos daquela vinha, expresso invariavelmente nas cartas remetidas a Roma, só foi equiparado por ocasião da criação do Seminário de San Ildefonso, em 1588, outra instituição central do projeto educativo jesuítico. San Ildefonso resultava da fusão de três dos quatro internatos (S. Bernardo, S. Gregorio e S. Miguel) da cidade e tinha como objetivo abrigar os jovens, “que por edad e ingenio son más idóneos”, pertencentes às famílias “más influyentes y destacadas de la ciudad” (GONZALBO AIZPURU, 1990: 259-261). Segundo a historiadora Pilar Gonzalbo Aizpuru, na obra citada, dos candidatos àquele seminário exigiam-se atas de nascimento e documentos que comprovassem a legitimidade e a “limpeza de sangue” (“atestados” fornecidos por testemunhas da comunidade de origem do jovem).

San Ildefonso iniciou suas atividades com cerca de 100 internos, que recebiam instruções diárias de filosofia, teologia e moral, além de organizarem certames literários, encenações teatrais e leituras diversas. Essa rotina não os impedia, contudo, de frequentar as classes do Colégio Máximo, onde normalmente cursavam as disciplinas de gramática, humanidades e retórica. A população estudantil daquele seminário variou bastante, chegando a 300 jovens em alguns momentos, mas reduzindo-se, outras vezes, principalmente durante o século XVII, a pouco menos de 50 estudantes (GONZALBO AIZPURU, 1990: 265). A importância de San Ildefonso no sistema educativo jesuítico, conforme sugerimos acima, residia em dois pontos – que não passavam necessariamente pela quantidade de internos. Em primeiro lugar, destaca-se o caráter seletivo explícito adotado desde sua fundação, de acordo com o qual se escolhiam os filhos dos “más nobles y principales” (MM, IV, 77: 240). Em segundo lugar, é necessário lembrar que San Ildefonso fundiu-se com o Colégio Máximo em 1618, constituindo o “Real y más Antigo Colegio de S. Pedro y S. Pablo y S. Ildefonso de

México” (PALENCIA, 1975: 388-389), o principal centro de ensino da Companhia de Jesus durante todo o século XVII¹⁰.

A educação e uma ideia de bom governo

O ensino jesuítico foi sistematizado, a partir dos finais do século XVI, pela *Ratio Studiorum*. Fruto de obra coletiva, a *Ratio* era uma espécie de manual que reunia o conjunto de normas que deveriam orientar de modo geral os estudos nos colégios da Companhia de Jesus em todo o mundo. O plano de ensino previsto naquele programa dividia a educação dos alunos externos à ordem em duas grandes etapas. A primeira, chamada de classes ou estudos inferiores, consistia na formação sólida em latinidades: três classes (ou anos, a depender do rendimento) de gramática (mínimos, médios e maiores), nos quais se privilegiavam a morfologia e a sintaxe; uma de humanidades (história, poesia, prosódia e métrica); e uma para retórica, nessa ordem. Superado o “nível inferior”, os adolescentes interessados em seguir o curso ingressavam nos estudos superiores, divididos em sete classes: três de artes, correspondentes à filosofia (lógica, física e matemática) e à filosofia moral; e quatro de teologia (teologia moral, teologia escolástica, hebraico e sagradas escrituras). A maioria daqueles que ingressaram nos colégios jesuítas limitou-se aos estudos inferiores¹¹. Outros avançaram até a formação em artes (que exigia oito anos de dedicação à vida escolar) e só a menor parte da população estudantil dos colégios jesuítas chegou à graduação em teologia ao final de 12 anos.

A hipótese que defendemos neste trabalho sustenta que, considerando a organização da educação nos colégios jesuítas e a relevância atribuída pela Ordem aos estudos inferiores, o influxo dos padres na sociedade mexicana dos séculos XVI e XVII deve ser buscado, também, no ensino e na prática de disciplinas como gramática, humanidades e

¹⁰ Pilar Gonzalbo Aizpuru (1990: 264) notou, com razão, que a “[...] anexión de San Pedro y San Pablo significó para San Ildefonso la asimilación de sus privilegios como colegio real. En consecuencia, el edificio pudo ostentar en su fachada las armas de León y Castilla y obtuvo lugar preeminente en las procesiones y actos públicos, prerrogativas honoríficas que, si no modificaron la vida material de los estudiantes, sí contribuyeron a fomentar su orgullo y a cimentar el sentimiento de superioridad que el sistema propiciaba y la sociedad aplaudía”.

¹¹ Desde as primeiras fundações na Europa, os estudos inferiores foram os mais populares e, em muitos lugares, os únicos: “No entanto, em Messina e em outros colégios, as disciplinas tipicamente humanistas, como a gramática, a retórica e o cultivo do latim, grego e, em muitos outros lugares, o hebraico, tornaram-se a parte mais popular do currículo – ou mesmo a sua única parte” (O’MALLEY, 2004: 327).

retórica. Isto é, para além das atividades nas missões e reduções, nas igrejas e conventos e na vida urbana de modo geral, acreditamos que, por meio da educação dos adolescentes e jovens na capital do vice-reino, os jesuítas disseminavam uma noção de bom governo que remetia, antes de tudo, à ideia de uma “prática moral orientada para o bem comum”, nem sempre redutível à vontade ou à existência de um Estado.

Para disseminar essa concepção de “bom governo”, os jesuítas valeram-se notadamente do ensino ministrado durante os cinco primeiros anos, nos quais os alunos aprendiam gramática, humanidades e retórica. Essas disciplinas, assegurava o princípio humanista, favoreciam o cultivo das “letras” no espírito dos jovens e, por conseguinte, das “virtudes”. Letras e virtudes: tal era o par que deveria ser instilado pelos padres nos jovens do México. O pressuposto implícito remetia ao mundo antigo e definia que as letras eram as artes que corrigiam e aperfeiçoavam a natureza. As virtudes intelectuais e morais, lembrando-nos de Aristóteles em sua *Ética a Nicômaco*, não são naturais, mas cultivadas pelos exercícios e bons hábitos.

Do mesmo modo, o cultivo sistemático das letras e virtudes almejado pelo plano de ensino jesuítico possibilitaria a imersão dos jovens alunos na vida pública. Afinal de contas, o conhecimento da língua e de seus usos, bem como da história e da poesia, teria sentido à medida que fosse transplantado para os debates públicos e deliberações da cidade. As escolas, os conventos, as assembleias: todos constituíam lugares, “corpos políticos”, para se deliberar sobre o bom governo da cidade. A gramática, a história, a poesia e especialmente a retórica pertenciam ao campo da *práxis* e, nesse sentido, à ideia de que a boa ação só é boa se proporcionar um “agir ético”. Desse modo, mais do que o próprio exercício tautológico do poder, o bom governo sustentado pela educação jesuítica – e, portanto, por uma das portas de entrada que permitiram à Companhia de Jesus influenciar decisivamente na formação da sociedade colonial no México – dizia respeito a essa prática moral cuja finalidade deveria ser o bem comum.

Referências bibliográficas

- ALCAIDE, Elisa L.; SARANYANA, Josep-Ignasi. *La Iglesia Católica y América*. Madrid: Mapfre, 1992.
- AQUINO, São Tomás de. *Suma de Teología*. 4. ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001. 5 v.
- _____. *Tratado de la ley. Tratado de la justicia. Gobierno de los príncipes*. México DF: Porrúa, 2004. (Edición de Carlos Ignacio González).
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores).
- _____. *Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).
- _____. *Retórica*. 1. ed. 8. reimp. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- CHOCANO MENA, Magdalena. *La América colonial (1492-1763)*. Cultura y vida cotidiana. Madrid: Síntesis, 2000a.
- _____. *La fortaleza docta*. Elite letrada y dominación social en México colonial (siglos XVI-XVII). Barcelona: Bellaterra, 2000b.
- CHURRUCÁ PELÁEZ, Pe. Agustín. *Primeras fundaciones jesuitas en Nueva España*. México DF: Porrúa, 1980.
- COMPANHIA DE JESUS. *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- COMPAÑÍA DE JESÚS. *Fórmula del Instituto de la Compañía de Jesús, aprobada y confirmada por los Sumos Pontífices Paulo III y Julio III*. México DF: Provincia Mexicana de la Compañía de Jesús, s/d. Disponível em: <www.sjmex.org/DocumentosPDF/FormulaInstituto.pdf>. Acesso em: 7 mai. 2010.
- _____. *Costumbres de la Provincia Mexicana de la Compañía de Jesús (Para uso privado de los nuestros)*. México: IHS, 1944.
- _____. Ratio atque institutio studiorum societatis Iesu. In: GIL, Eusebio, (Ed.). *El sistema educativo de la Compañía de Jesús*. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas, 1992.
- _____. Ratio Studiorum. In: JULIA, Dominique (Ed.). *Ratio Studiorum*. Plan raisonné et institution des études dans la Compagnie de Jésus. Paris: Berlin, 1997.
- CUEVAS, Mariano. *Historia de la Iglesia en México*. México DF: Imprenta del Asilo Patricio Sanz. t. 1 – 1921; t. 2 – 1922; t. 3 – 1924.
- _____. *Historia de la Iglesia en México*. México DF: Porrúa, 1992. 2 v.
- DECORME, Gerard. *La obra de los jesuitas mexicanos durante la época colonial*. México DF: Antigua Librería Robredo, 1941. 2 v.
- DÍAZ Y DE OVANDO, Clementina. *El Colegio Máximo de San Pedro y San Pablo*. México DF: Unam; IIE, 1951.
- DUSSEL, Enrique (Coord.). *Historia general de la Iglesia en América Latina*. México: Paulinas; Salamanca: Sígueme, 1984. t. V.
- ESCALANTE GONZALBO, Pablo (Coord.). *Mesoamérica y los ámbitos indígenas de la Nueva España*. México DF: FCE, 2004. v. I.
- _____; RUBIAL GARCÍA, Antonio. La educación y el cambio tecnológico. In: ESCALANTE GONZALBO, Pablo (Coord.). *Mesoamérica y los ámbitos indígenas de la Nueva España*. México DF: FCE, 2004. v. I, p. 391-411.
- ESTRADA, Juan Carlos T. El Padre Rubio y la enseñanza filosófica de los jesuitas en la Nueva España. *Cuyo – Anuario de Filosofía Argentina y Americana*, Mendoza, n. 13, p. 11-44, 1996.

- FLORES PADILLA, Georgina. El patronato laico de un colegio jesuita: San Pedro y San Pablo de la ciudad de México. In: GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ, Enrique; PÉREZ PUENTE, Leticia (Coord.). *Colegios y universidades II: del antiguo régimen al liberalismo*. México DF: Unam, 2001. p. 17-36.
- FREY, Herbert. *El "otro" en la mirada: Europa frente al universo américo-indígena*. México DF: Miguel Ángel Porrúa, 2002.
- GÓMEZ CANEDO, Lino. *Evangelización y conquista: experiencia franciscana en Hispanoamérica*. México DF: Porrúa, 1977.
- GÓMEZ ROBLEDO, Xavier. *Humanismo en el siglo XVI: el sistema del Colegio de San Pedro y San Pablo*. México DF: Jus, 1954.
- GONZALBO AIZPURU, Pilar. *El humanismo y la educación en la Nueva España*. México DF: SEP, 1985.
- _____. *Historia de la educación en la época colonial: la educación de los criollos y la vida urbana*. México: Colmex, 1990.
- GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ, Enrique; PÉREZ PUENTE, Leticia (Coord.). *Colegios y universidades II: del antiguo régimen al liberalismo*. México DF: Unam, 2001.
- _____. *Permanencia y cambio I: universidades hispánicas (1551-2001)*. México DF: Unam, 2005.
- LAFAYE, Jacques. A literatura e a vida intelectual na América espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. 2. ed. São Paulo: Edusp; Brasília: Fund. Alexandre Gusmão, 2004. v. II, p. 595-635.
- LOPETEGUI, León. *El Padre José de Acosta, S.I., y las misiones*. Madrid: CSIC, 1942.
- _____; ZUBILLAGA, Félix. *Historia de la Iglesia en la América Española*. Desde el descubrimiento hasta comienzos del siglo XIX. México. América Central. Antillas. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1965.
- O'MALLEY, John. *Os primeiros jesuítas*. Bauru: Edusc, 2004.
- O'NEILL, Charles E.; DOMÍNGUEZ, Joaquín M. (Dir.). *Diccionario histórico de la Compañía de Jesús*. Biográfico-Temático. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu; Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2001. 5 v.
- OSORIO ROMERO, Ignacio. *Colegios y profesores jesuitas que enseñaron latín en Nueva España (1572-1767)*. México: Unam, 1979.
- _____. *La luz imaginaria: epistolario de Atanásio Kircher con los novohispanos*. México DF: Unam, 1993.
- _____. *Floresta de gramática, poética y retórica en Nueva España (1521-1767)*. 1. reimp. México DF: Unam, 1997.
- PALENCIA, José Ignacio. Actividad educativa y cultural de los jesuitas en la Ciudad de México y alrededores (1572-1972). In: PÉREZ ALONSO, Manuel Ignacio (Ed.). *La Compañía de Jesús en México: cuatro siglos de labor cultural, 1572-1972*. México DF: Jus, 1975. p. 379-439.
- RODRÍGUEZ, Víctor Gutiérrez. Hacia una tipología de los colegios coloniales. In: PÉREZ PUENTE, Leticia (Coord.). *De maestros y discípulos: México. Siglos XVI-XIX*. México DF: Unam, 1998. p. 81-90.
- RICARD, Robert. *La conquista espiritual de México*. 2. ed. 9. reimp. México DF: FCE, 2005.
- RUBIO MAÑÉ, José Ignacio. *El virreinato IV: obras públicas y educación universitaria*. 2. ed. 2. reimp. México DF: FCE, 2005.

SANTOS HERNÁNDEZ, Ángel. *Los jesuitas en América*. Madrid: Mapfre, 1992.

VÁZQUEZ, Josefina Z. et al. (Ed.). *Ensayos sobre historia de la educación en México*. México DF: Colmex, 1985.

ZUBILLAGA, Félix (Ed.). *Monumenta Mexicana*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 8 v. v. I – 1956; v. II – 1959; v. III – 1968; v. IV – 1971; v. V – 1973; v. VI – 1976; v. VII – 1981; v. VIII – 1991 (Edición de Miguel Ángel Rodríguez).